



Município de  
Resende

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta nº. 05/2011**

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE RESENDE, REALIZADA EM  
28.09.2011**

**LOCAL:** -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

**CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:** -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

**HORA DE ABERTURA:** -----

Eram 16h20 quando a Senhora Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

**FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes substituições e faltas: -----

Faltaram o Presidente da Junta de Freguesia de Barrô (PS), ausente por período inferior a 30 dias conforme comunicação apresentada e o Membro Sandra Isabel Matos de Sousa (PS),-----

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**José Ribeiro, residente no lugar da Lagariça, freguesia de São Cipriano** – Usou da palavra para felicitar o executivo camarário pelo trabalho desenvolvido nos últimos 10 anos e também para chamar a atenção, a título de sugestões, para alguns aspectos que entende deverem ser melhorados, designadamente:-----

Expansão das redes públicas de saneamento e de água a toda a freguesia de São Cipriano; Manutenção de bermas nas estradas municipais; Colocação de sinalização de trânsito nas vias existentes no Monte de São Cristovão; Disponibilização de informação sobre alguns pontos de interesse existentes no concelho, como seja a Casa da Lagariça; Colocação de ecopontos em todas as freguesias; Colocação de caixas para correio e para sugestões nas sedes das Juntas de Freguesia; Alargamento de alguns dos cemitérios existentes; Eliminação do estaleiro existente junto às piscinas municipais descobertas da Granja; Alargamento e construção de passeio junto à Igreja de Anreade; Limpeza regular dos contentores de RSU e respectiva manutenção; Manutenção do edifício onde funciona a extensão de saúde de São Cipriano e manutenção de algumas vias municipais existentes em diversas freguesias.-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Referiu que registou todas as sugestões efectuadas pelo



municípe e que o Município estará atento às questões por si colocadas.-----

**B. PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

**B.1. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR;** -----

A Presidente da Mesa solicitou a concordância do Plenário para a dispensa da leitura da acta da Sessão realizada em 27 de Junho de 2011, uma vez que a mesma foi distribuída a todos os membros com antecedência, a qual foi concedida.-----

Seguidamente foi a referida acta colocada à discussão e sujeita a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com as abstenções dos membros Jorge Cardoso Machado (PS) e Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho de Mouros (PS).-----

**B.2. LEITURA RESUMIDA DE EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**B.3. VOTOS, RECOMENDAÇÕES E MOÇÕES E RESPECTIVA VOTAÇÃO;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Apresentou o seguinte voto de recomendação:-----

“Todos nós somos conhecedores da situação difícil que Portugal atravessa, originado pela grave crise financeira internacional e pela instabilidade e especulação dos mercados financeiros internacionais (ainda que, só agora, alguns o reconheçam); todos nós temos consciência dos constrangimentos e dos sacrifícios que teremos de enfrentar para que Portugal regresse ao bom caminho; mas o que também sabemos agora, após uma centena de dias, é que Portugal, não tendo um “Governo do Além”, tem um governo que quer ir mais além: - mais além, nos sacrifícios impostos aos portugueses, mais do que aqueles que os nossos parceiros internacionais entendem ser necessários e suficientes para vencer a crise; - mais além, no defraudar das legítimas expectativas que o povo português tinha aquando da sua eleição; - mais além, na deterioração da qualidade de vida dos portugueses; - mais além, no desmantelamento do Estado Social. O aumento do IVA sobre a electricidade e o gás, de 6% para 23% (para quatro vezes mais, repito quatro vezes mais) deliberado pelo actual Governo é uma dessas medidas que se desvia colossalmente do acordado com a troika; não se vislumbra nesta medida, ou na sua justificação por parte dos responsáveis qualquer intenção de moderar consumos energéticos; trata-se apenas de mais uma forma que foi encontrada para a obtenção rápida de receitas. É uma medida tremendamente injusta do ponto de vista social e económico, para as famílias, para as empresas, para as instituições, para a sociedade em geral; é uma das medidas mais injustas de que há memória, perpetrada por aqueles que ainda há bem pouco tempo se recusavam, e se recusam, a aumentar o mesmo imposto sobre o leite achocolatado e a Coca-Cola. O grupo municipal do Partido Socialista está preocupado com o impacto que este



aumento colossal do IVA sobre a electricidade e o gás terá nos orçamentos familiares, no orçamento da autarquia e no orçamento das instituições do nosso concelho. Preocupado, com o impacto que este aumento do IVA terá nos sistemas de iluminação pública, obrigando as autarquias a proceder a cortes na iluminação, com efeitos negativos no bem-estar das nossas populações; Preocupado, porque o conforto das nossas crianças nos diversos estabelecimentos de ensino está colocado em causa, tendo sido ignorado pelo legislador que os Invernos são bem mais rigorosos no interior do país do que em Lisboa; Preocupado, porque as nossas instituições particulares de solidariedade social, não desejando diminuir a qualidade dos serviços que prestam aos nossos concidadãos mais idosos, não tem como fazer face a este aumento significativo das suas despesas. Nesse sentido, na defesa dos interesses da nossa população, da nossa autarquia e das nossas instituições, e também em solidariedade com as restantes populações, autarquias e instituições do país, o grupo municipal do Partido Socialista propõe, que a Assembleia Municipal de Resende, aqui hoje reunida, aprove: - um voto de recomendação ao Governo da República para que a electricidade e o gás consumidos nos sistemas de iluminação pública, nos estabelecimentos de ensino e nos equipamento sociais das IPSS seja tributado à taxa reduzida de IVA de 6%, ou em alternativa, seja criado um regime de restituição do IVA suportado nestes tipos de consumo, que poderá eventualmente ficar condicionado à adopção de medidas de eficiência energética por parte dos beneficiários. Todos sabemos que o caminho é difícil e cheio de obstáculos; todos nós estamos dispostos a unir esforços e percorrer esse caminho; mas também é necessário que não nos apaguem a luz ao fundo do túnel.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Disse que estranhava esta intervenção do líder da bancada do Partido Socialista, porque de facto passados apenas 100 dias conseguiu perceber o estado em ficou o País após uma governação de quase 13 anos ininterruptos por parte do Partido Socialista. É certo que se trata de uma medida que é muito impopular e vai penalizar muito os portugueses, mas também é certo que não vai ser a única, pois este foi o País que o Partido Socialista e os seus responsáveis nos deixaram. Muitas das medidas que têm de ser tomadas resultam das imposições daqueles que nos estão a ajudar internacionalmente e que o Partido Socialista subscreveu antes de nos deixar este legado. Vamos pois ter períodos de grandes dificuldades, mas convictos de que o actual governo está determinado a corrigir uma situação que lhe foi deixada pelo PS. Por último disse estranhar também o grau de indignação que conseguiu perceber das palavras do líder da bancada do PS e que o mesmo nunca tenha advindo da sua bancada, em circunstâncias diametralmente opostas, quando o PS era governo, pois aí sim, existiam muitas razões para contestar as opções políticas do governo do Engº Sócrates.-----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Referiu que ao contrário do que disse o actual Primeiro Ministro, isto é, que nunca se iria desculpar com o passado, o senhor deputado Paulo Moura só se desculpou com o passado e estar a acusar a anterior governação socialista pelo actual estado do País é ignorar os efeitos que a crise financeira internacional provocou após 2008 na nossa economia. A crítica desta medida não tem por base ser uma medida do governo PSD mas sim o facto de ser injusta e existirem medidas alternativas.-----



Colocado o voto de recomendação a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da Bancada do PSD), aprovar o mesmo.**-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Apresentou o seguinte voto de recomendação:-----

“A grave crise económica a que o país foi votado e as medidas que tem vindo a ser tomadas para controlar a situação, tem produzido efeitos directos nas finanças privadas e publicas, gerando imprescindíveis efeitos de amortecimento financeiro ao qual os municípios não escapam. Neste contexto, as receitas municipais, no que as taxas e impostos diz respeito, tem vindo a decrescer, ao que não ajuda muitas das prioridades definidas pelo actual executivo camarário, com repercussões deficitários nos cofres municipais. Interessa pois encontrar mecanismos de poupança, de forma a assegurar os serviços fundamentais e prioritários prestados pelo município e evitando a curto / médio prazo rupturas financeiras que a inviabilizem. Já em Junho de 2010 o grupo municipal do PSD, apresentou nesta assembleia um programa de poupança e de combate a crise, chumbado neste órgão, alavancado na argumentação do Sr. Presidente da Câmara, que dicit: não precisamos de nenhum PEC. Desperdiçado todo este tempo, e sabido, que de forma tímida, essa preocupação terá finalmente entrado no quotidiano do executivo, a julgar por esporádicas iniciativas e por laivos no discurso do Sr. Presidente da Câmara, que sentiu enfim a necessidade de fazer acções de sensibilização junto de funcionários municipais e de algumas entidades. Pelo exposto e imbuídos do mesmo sentido de responsabilidade e de cooperação que estiveram na base da apresentação de outras propostas similares, mesmo sabendo que alguma falta de maturidade democrática impede, avançamos com um conjunto de medidas, muitas delas simples mas de grande eficácia agrupadas sob o titulo de Plano de contenção de despesas municipal, que poderão inclusive ser incorporadas nos documentos de gestão e previsionais do próximo ano. A Eficiência energética 1. Diminuição do período de funcionamento de iluminação decorativa 2. Redução substancial do numero de horas da emissão do painel informativo junto aos paços de conselho; 3. Utilização preferencial dos equipamentos municipais em período diurno, minimizando assim consumos com a iluminação; 4. Privilegiar os meios imateriais para promover as iniciativas municipais, dispensando o uso de flyers; 5. Racionalização do uso da frota automóvel, programando deslocações; 6. Revisão de alguns protocolos; 7. Extinção após caducidade do acordo celebrado com andebol; Solicitamos aos nossos colegas de assembleia, mas sobretudo ao executivo, no superior interesse dos nossos munícipes e do nosso concelho, acolha sem complexos este nosso contributo.”-----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Referiu que de facto é verdade que as câmaras municipais, a nossa incluída, vão ter cortes nas transferências que vêm do Estado. O que o senhor deputado acaba de sugerir não é mais do que uma “pseudo sugestão”, que no fundo quer é sugerir que o executivo camarário é irresponsável e que ainda não pensou em todas estas situações. É óbvio que uma gestão responsável tem que ter em linha de conta o volume de receitas que terá para assim planear as suas despesas. É sua convicção que o executivo camarário, face a uma diminuição das suas receitas, não deixará de efectuar os ajustamentos que se impõem ao nível da despesa,



actuando assim de forma responsável e dispensando as sugestões efectuadas nesta matéria por parte da oposição.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Disse que este é o papel da oposição, ou seja, apresentar propostas, apresentar exemplos, apresentar medidas. O complexo que pediu para não existir por parte da bancada do PS, acabou precisamente por ser manifestado na intervenção do seu líder de bancada. Obviamente que uma gestão municipal, por muito débil e fraca que seja, terá de ter em conta, numa altura como esta, mecanismos de poupança. Concluiu dizendo que a bancada do PS vai ter que se habituar a este registo – apresentação de recomendações – pois futuramente, com o reforço dos poderes da Assembleia Municipal, é assim que vai funcionar o poder local.-----

Colocado o voto de recomendação a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da Bancada do PS), reprovar o mesmo.**-----

#### **B.4. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA AS FREGUESIAS;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

#### **B.5. ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO;** -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Desde finais de 2007 que assistimos em Resende à estadia de algumas equipas de voleibol sob a forma de estágio permanente, com uma dúvida legítima deste grupo municipal e de qualquer cidadão de bom senso, sobre a relação custo benefício que resulta para o nosso concelho, da celebração destes acordos. Como bons anfitriões, cedemos os melhores alojamentos disponíveis, transportamos os atletas e restantes agentes nos seus movimentos pendulares quotidianos, disponibilizamos os equipamentos desportivos...ou seja, não se olhou a custos. Mas essa factura nunca nos foi devidamente apresentada, para concluirmos, passados quatro anos, se foram cumpridos os objectivos e se valeu a pena o esforço orçamental do município na promoção da modalidade, e sobretudo, porque esse foi o argumento mais utilizado, na promoção e visibilidade da nossa terra. Resende já não é “amigo do voleibol”. A equipa instalada deslocalizou-se para outro sítio, e agora já somos “amigos do andebol”. Tudo nos mesmos moldes, reincidindo no modelo. Pelo que, através deste órgão, solicitamos ao Sr. Vereador do pelouro do Desporto, se digne fazer nos chegar de forma clara o balanço desta passagem, incluindo, de forma inequívoca e mensurada as despesas tidas pelo município com esta operação.”-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Há precisamente um ano neste mesmo órgão esta bancada interviu sobre a oportunidade da nomeação da Sra. Dra. Marisabel dos Santos Rocha Moutela, a (actual líder da Secção Concelhia do Partido Socialista de Lamego) como Secretária do Gabinete de Apoio da Sra. Vereadora da Cultura e da Acção Social da Câmara Municipal de Resende. À data, tendo em consideração as prementes



necessidades de contenção de despesas que já na altura se fazia sentir e que culminaram com o recurso à ajuda financeira internacional, esta bancada não deixou de manifestar a sua posição sobre a indignação em causa. Após este período, importa fazer o balanço desta colaboração, para de forma inequívoca, se aferir da utilidade dos serviços prestados a esta edilidade. Desta forma, no âmbito dos poderes de fiscalização que são confiados a esta assembleia, a bancada do Partido Social-democrata pretende, nesta sede, ser informada do trabalho exercido, dos resultados obtidos, uma vez que, até à data, não chegou ao conhecimento público nenhum efeito do desempenho. Esperamos uma resposta transparente e esclarecedora, sustentado em factos, e não escudada na invocada legitimidade formal para a contratação, de forma a afastar a convicção generalizada de que se tratou apenas de um “estender de mão a um camarada do partido socialista”, em manifesto prejuízo dos cofres municipais.”-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Nas considerações desta bancada aquando da discussão dos últimos orçamentos municipais, temos vindo a referir que urge orientar as políticas municipais para a criação de condições que permita a fixação e atracção de pessoas. Ainda na última sessão comemorativa do dia 25 de Abril tive a oportunidade de referir que devemos repensar os modelos de governancia e desenvolvimento local. A construção muitas das vezes irreflectida de equipamentos, de há muito que se viu não alcançar esse desiderato. Vem isto a propósito dos resultados da operação de levantamento da população resendense, levada a cabo no recenseamento Censos 2011. Numa década, que coincide com a governação socialista, o concelho de Resende perdeu cerca de 1000 habitantes, correspondendo a 8,08 % da sua população, superando assim o deficit médio do distrito de Viseu e da região do Douro e em contra-ciclo com a evolução do país que viu a sua população aumentar. São resultados alarmantes e que devem fazer-nos reflectir de uma forma muito séria e ponderada em benefício das futuras gerações. Obviamente que este não é uma tendência exclusiva da nossa terra. Repercute-se pela envolvente e não está exclusivamente nas nossas mãos a possibilidade a inversão completa deste problema. No entanto, reincidirmos no erro, iludindo-nos de que a construção massiva de equipamentos - grande parte deles dispensáveis, sobredimensionados, descontextualizados e anacrónicos, cujo exemplo mais paradigmático disto mesmo, são as duas intervenções em curso no miolo da vila de Resende – é suficiente para fixar a população. É tapar o sol com uma peneira e revela falta de destreza estratégica, pois não se reinventa. Segue-se a mesma cartilha de quando se começou, esperando-se que isso por si só, seja suficiente para termos recursos humanos que nos confirmem auto-sustentabilidade como comunidade. O resultado deste decréscimo populacional do nosso concelho, para além da factualidade evidente vai nos ainda criar dificuldades acrescidas. Com isto vimos a nossa densidade populacional por quilómetro quadrado baixar (de 101 para 94 habitantes) atirando-nos para o nível mais baixo do escalonamento territorial com as repercussões que se conhecem e as que hão de advir.”-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Relativamente ao assunto referido na última intervenção do



senhor deputado Paulo Moura, esclareceu que Resende está no mesmo grupo que Chaves, Beja, Guarda e Abrantes, pelo que o assunto não é assim tão linear. Quanto à questão dos protocolos celebrados com as Federações de Voleibol e de Andebol, disse que já teve oportunidade de explicar ao plenário a importância deste tipo de parcerias, que para além da sua dimensão económica assumem também um papel importante ao nível da sua dimensão educacional, cultural e social. Quanto ao assunto referido na primeira intervenção, disse que o mesmo não lhe merece qualquer comentário especial, adiantando todavia que nunca faria uma observação desse tipo relativamente, por exemplo, ao Dr. Jaime Alves, que é hoje adjunto de um Secretário de Estado e que é também um cargo político legitimamente escolhido por um membro do governo, referindo ainda que nunca colocaria em causa, por razões de poupança, a razoabilidade dessa escolha do governo.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Disse que não esperava outro tipo de respostas para além das que foram dadas. A propósito das competências do Dr. Jaime Alves, referiu que as mesmas são públicas e conhecidas, ao contrário das da Dr<sup>a</sup> Marisabel Moutela que ninguém conhece, competindo a esta Assembleia perceber este tipo de situações, por muito que isso custe, num pressuposto de transparência dos órgãos eleitos. Em relação àquilo que considera ter sido uma “pseudo resposta” à questão dos protocolos com as Federações de Voleibol e de Andebol, disse que o Presidente da Câmara apenas nos deu aqui um “cliché”, nada se encontrado mensurado e desconhecendo-se quanto é que isto custa ou o que é que ficou no concelho para além das expectativas. Por fim, quanto ao assunto abordado na primeira intervenção que fez, frisou que o senhor Presidente da Câmara respondeu que não valorizava estes dados, ou seja, um decréscimo de 8% da população, só pelo facto de estar ao lado, em termos escalonamento de densidade populacional, de concelhos como Chaves e Guarda. Terminou dizendo que considera que é preocupante a não valorização destes dados, quando factualmente houve um decréscimo de cerca de 8% da população (somo actualmente cerca de 11.000 habitantes).-----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Quanto à questão da diminuição da população, disse que considerava que analisar o valor, por si só, de uma diminuição de 8% na população, não tem grande significado, sendo antes de mais necessário ter conta que os censos são realizados de 10 em 10 anos e que os resultados finais da operação censos 2011 ainda não são conhecidos. Referiu que também é preciso assinalar que no interior do País – como acontece há décadas – existe uma tendência para a diminuição das populações, uma tendência para o envelhecimento da população e uma tendência generalizada para a diminuição da natalidade, sendo ainda de assinalar que a tendência para a diminuição da população nos últimos 10 anos é inferior à verificada em décadas anteriores, isto é, haverá aqui uma inversão da tendência de diminuição da população.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Referiu que é preciso perceber que as pessoas vão para onde há emprego e existem oportunidades e que neste âmbito a política do executivo nestes 10 anos foi desastrosa. A criação de emprego no concelho, a promoção do empreendedorismo e o apoio aos jovens, sob esse ponto de vista foi desastroso, tendo-se incidido claramente as políticas estratégicas na modernização e construção de equipamentos e isso falhou,



pois as pessoas não estão cá.-----

**C. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:** -----

**C.1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, A QUE SE REFERE A ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES QUE LHE FORAM INTRODUZIDAS PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO;** -----

Foi presente a informação referida em epígrafe, que, nos termos da lei, foi enviada a todos os membros da Assembleia com a devida antecedência. -----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Jorge Cardoso Machado (PS)** – Lembrou ao plenário o estado em que se encontrava o concelho há 10 anos atrás e realçou as infra-estruturas que entretanto se concluíram e as que ainda se encontram em fase de conclusão, classificando esta situação como uma autentica “epopeia”, onde é justo destacar dois heróis, o herói colectivo (o povo resendense) e o herói individual (o Presidente da Edilidade). Quanto ao herói individual, disse que este não é um herói qualquer. A história tem consagrado os grandes heróis, uns pela negativa e outros pela positiva. Recordou um herói consagrado pela negativa, o filho do Rei de Tebas, Édipo, que matou o pai para casar com a mãe. O nosso Presidente também matou, mas matou a preguiça, o marasmo, a inércia e, acima de tudo, a grande incompetência que reinava há 10 anos atrás. Não se trata aqui de bajular, mas sim de uma questão de justiça, de “dar a César o que é de César”, de reconhecer a coragem de um homem que em tempo de crise consegue trazer para o nosso concelho participações comunitárias para a concretização de obras praticamente a custo zero para o município.-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Quanto este ponto da ordem do dia proferiu a seguinte intervenção:-----

“Da informação à esta assembleia veiculada pelo Sr. Presidente da Câmara, este grupo municipal, destaca, com renovada apreensão, a situação financeira no que respeita à dívida a fornecedores que apresenta já um valor próximo dos 2.500.000 de euros. Note-se que este valor tem vindo a crescer de forma exponencial. Há precisamente um ano, a dívida era menor em cerca de um milhão de euros, tendo sofrido um aumento percentual superior a 60%. Este grupo municipal, uma vez mais, manifesta a sua enorme preocupação à tendência inflacionista da dívida municipal a curto prazo (A dívida do Município está já acima dos 10 milhões de euros, considerando o valor dos empréstimos de médio e longo prazo e o valor da dívida a fornecedores).”-----

**Foi tomado conhecimento.** -----

**C.2. CIM-TS – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO TÂMEGA E SOUSA – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA AGÊNCIA DE ENERGIA DO TÂMEGA E SOUSA – APROVAÇÃO DE ESTATUTOS E ADESÃO DO MUNICÍPIO DE RESENDE À AGÊNCIA;**-----





Sobre o assunto em epígrafe foram presentes, para aprovação e remetidos pelo executivo camarário, os respectivos estatutos, bem como a proposta de adesão à agência.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Os membros desta bancada com lugar na assembleia intermunicipal, sustentados nos pressupostos básicos de criação desta agência - nomeadamente os princípios da racionalização energética em articulação com a gestão ambiental – votaram, na última sessão realizada em Julho, favoravelmente essa proposta. No entanto, e como referido pela Sra. Jurista desta Câmara a propósito deste assunto na sua informação, e também como pertinentemente levantado por colegas do mesmo órgão na referida sessão da assembleia, não existe conhecimento até à presente data do valor das quotas e participações que serão assumidas por cada município neste projecto. Certos que o interesse superior deste processo se sobrepõe, não podemos, em tempos de contenção orçamental, assumir um compromisso em branco, pelo que esta bancada, votando favoravelmente este assunto, salvaguarda que a sua efectiva incorporação, fique condicionada ao conhecimento dos valores das contribuições em causa.”-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

### **C.3. DERRAMA 2011 – PROPOSTA;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo para o ano de 2011 a derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC) e isentar de derrama os sujeitos passivos com o volume de negócios do ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00€-----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

### **C.4. FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – PROPOSTA;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que seja aprovada a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2012: Prédios rústicos - 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea a) do CIMI; Prédios urbanos - 0,7%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º, nº1, alínea b) do CIMI; Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI - 0,4%, nos termos do estipulado pelo artigo 112º. nº1, alínea c) do CIMI .-----

Verificaram-se as seguintes intervenções: -----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“A bancada do Partido Social Democrata reincide na contra-proposta que tem vindo a ser apresentada neste mandato, sustentada no mesmo princípio invocado pelo executivo para a definição



de outros escalões, ou seja, um contributo para o desagravamento fiscal dos nossos municípios. Esse escalonamento, devidamente calculado apresenta um *deficit* perfeitamente compensado por opções de gestão racionais no âmbito da despesa, mesmo neste cenário de grande contenção orçamental. Assim propomos: a) Prédios rústicos: 0,8%; b) Prédios urbanos: 0,5%; c) Prédios urbanos avaliados: 0,3%. Propomos ainda, complementarmente, que se estude mecanismos de discriminação positiva estimulando e premiando acções como por exemplo de reabilitação de prédios antigos ou a reconversão de prédios rústicos para a produção agrícola ou florestal.”-----

**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – Disse que quanto a este ponto também a bancada do PS reincidia no que tem vindo a dizer ao longo dos anos. Não há nenhum político que não queira baixar impostos, todavia, face à conjuntura actual e à diminuição de taxas e das transferências por parte da Administração Central, há necessidade de fazer escolhas no desagravamento fiscal e o PS, atendendo à estreita margem existente nesta matéria, optou nestes últimos anos por escolher os rendimentos do trabalho. Concluiu que estranhava a posição da bancada do PSD que aqui propõe descidas de impostos e em Lisboa “bate palmas” a subidas de impostos.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada do PSD), aprovar a proposta do executivo e igualmente por maioria (votos contra da bancada do PS), reprovam a proposta da bancada do PSD.**-----

#### **C.5. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – PROPOSTA;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara, propondo que a percentagem de IRS a receber em 2012 pretendida pelo Município seja fixada nos 1% (4% como dedução à colecta do IRS a favor dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho).-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Disse que a sua bancada iria votar favoravelmente este ponto, sendo que esta proposta, à semelhança do que aconteceu no ano passado, coincide com uma das iniciativas que fazia parte do programa eleitoral do PSD de Resende.-

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

#### **C.6. COMPANHIA DAS ÁGUAS DAS CALDAS DE AREGOS, EM, SA – TUR AREGOS, EM, SA – PROJECTO DE FUSÃO – APROVAÇÃO;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, o projecto de fusão das empresas municipais, depois ter decorrido o prazo de um mês após a publicação e registo do projecto, sem que tenha sido deduzida qualquer oposição judicial.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“Em coerência do que tem sido a posição céptica do PSD Resende no que ao assunto concerne,



esta bancada manterá o voto de abstenção à proposta. Esperemos, para bem do interesse público e das finanças municipais que desta fusão, determinada para a aglomeração do património afecto às empresas a fundir, e para a racionalização da respectiva gestão não se continuem a somar prejuízos que acrescem à já avultada dívida municipal. Concerteza que assim a empresa passará a apresentar resultados líquidos positivos - embora se desconheça como nos actuais moldes isso possa acontecer – evitando assim a sujeição a um processo de extinção já preconizado para o Sector Empresarial Local, que sucessivamente adivinhámo-lo, visto que, nos últimos dois anos os resultados foram ruinosos, sendo que se verificar mais um balanço semelhante votar-se-à empresa à extinção. Lembramos esta assembleia, das inúmeras vezes que em resposta às nossa preocupações, o Sr. Presidente da Câmara defendia que as mesmas empresas não existiam para dar lucro, quando é esse o único fundamento que determina a sua viabilização.”-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (abstenção da bancada do PSD), aprovar.**-----

#### **C.7. PROJECTO DE FUSÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT);**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetido pelo executivo camarário, um pedido da Companhia das Águas das Caldas de Aregos, EM, SA, enquanto empresa incorporante, de concessão de isenção de IMT relativamente aos imóveis necessários ao projecto de fusão relativo à transferência do património da empresa Tur Aregos, EM, SA, enquanto entidade incorporada.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**António Joaquim Almeida Correia (PPD/PSD)** – Relativamente a este ponto, dado tratar-se de um assunto relacionado com a área da sua actividade profissional, teceu algumas considerações de ordem técnica e comunicou ao plenário que a sua bancada iria votar favoravelmente a proposta.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por unanimidade, aprovar.**-----

#### **C.8. CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO, ATRAVÉS DE PARCERIA, DO EMPREENDIMENTO TURÍSTICO DE CALDAS DE AREGOS – EXPOSIÇÃO DE CONCORRENTE – ALTERAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCURSO;**-----

Sobre o assunto em epígrafe foi presente, para aprovação e remetida pelo executivo camarário, uma exposição do concorrente Edifer Construções, bem como a acta do Júri do procedimento propondo a alteração ao Programa do Concurso.-----

Verificaram-se as seguintes intervenções:-----

**Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD)** – Proferiu a seguinte intervenção:-----

“É conhecida a argumentação desta bancada para rejeitar a solução de concurso internacional preconizado por este município com base num estudo encomendado a Deloitte. Registamos no entanto, o esforço encetado no sentido de proteger estatutariamente os interesses municipais na



parceria a desenvolver, designadamente para estancar eventuais problemas e incumprimentos por parte do parceiro privado. No entanto essa protecção do interesse municipal é agora estranhamente desvirtuada, a reboque de uma pretensão de um potencial concorrente. Não se compreende, mesmo considerando a actual conjuntura económica que o município possa ter acolhido a argumentação apresentada pelo privado, que apenas pretende com esta sugestão, fazer predominar o seu interesse na parceria. Não pode também esta câmara perante o risco de um concurso pouco atractivo para o mercado, abrir o flanco a propostas pré-condicionadas que poderão reverter em grave prejuízo para o município. O que aqui está em causa, com esta proposta de alteração às condições do concurso é o seguinte é de uma forma muito sumária: Um qualquer concorrente ao empreendimento, que não obtenha financiamento comunitário para a operação proposta tem fundamento válido para rescisão do contrato de aquisição das participações da empresa. Quando antes estava obrigado ao cumprimento integral do projecto vencedor, sob pena de ressarcir o município pelos prejuízos causados. Esta eventual admissão alivia a responsabilidade do adjudicatário, que fica com a faculdade de poder rescindir a qualquer momento o vínculo, bastando para o efeito não atingir o financiamento previsto na proposta. Os efeitos perversos desta situação vão ainda mais longe, uma vez que permitem ao concorrente/adjudicatário, antecipar a possibilidade de rescisão do contrato, inflacionando o valor expectável que poderá nunca verificar-se. E nem se diga que a situação da câmara fica salvaguarda, por óbvia restituição do que havia recebido pela alienação da sua participação de um qualquer estudo, que nestes moldes se até prevê poder ser muito aligeirado. Ou seja, não estando garantido o financiamento da operação, não haverá nenhum investidor que mova uma palha, neste caso um, tijolo, em Caldas de Arêgos. Estranhámos ainda, todo o tempo investido na produção das peças instrutórias do processo concursal, para agora se admitir que o mesmo apresenta “erros e imprecisões.”-----

**Presidente da Câmara Municipal** – Deu nota de que o recurso termal de Caldas de Arêgos e a vocação turística do concelho têm aqui uma enorme oportunidade para se poder criar emprego, mais investimento e mais animação económica; que se esta a fazer em Caldas de Arêgos é uma operação em que a câmara é naturalmente parceira e que tem por objectivo a criação de investimento, a modernização dos recursos hoteleiros e termais, a criação de emprego e, naturalmente também, a introdução de competências que em algumas áreas estão vedadas ao município; que neste processo a câmara deve ser pró-activa e um agente importante na promoção do desenvolvimento económico do concelho; que a câmara, perante uma situação que se arrastou durante décadas, ou seja, mediante o não aproveitamento de um importante recurso endógeno, assumiu a responsabilidade de encontrar soluções; que o que está hoje aqui em causa não é alterar em substância o processo já iniciado, pois todas as garantias relativamente àquilo que está explícito neste concurso público internacional mantêm-se; se aparecer um concorrente com garantias de que por si só tem capacidade económica para ser parceiro da câmara, sem recurso a outros financiamentos, naturalmente que conforme a operação está montada ele terá toda a prioridade na lógica concursal que está em curso; que o que se está aqui a fazer, num tempo em que não há financiamento bancário, num tempo em



Município de  
Resende

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

que a lógica de investimento privado se alterou substancialmente em relação há meia dúzia de meses atrás, é abrir a possibilidade que mais concorrentes possam aparecer e que possam fazer depender a sua parceria com a câmara da garantia de fundos comunitários; concluiu dizendo que apesar da conjuntura adversa o município não deixará de realizar investimentos e de lutar pelo desenvolvimento do concelho e que no processo de Caldas de Aregos, apesar do mau momento dos mercados, o caminho já esta traçado e os interesses do município salvaguardados no caderno de encargos.-----

Colocado o assunto a votação, **foi deliberado, por maioria (votos contra da bancada do PSD), aprovar.**-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 18h20, tendo sido aprovados em minuta todos os assuntos remetidos pela Câmara Municipal a esta sessão da Assembleia. -----

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----

---

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos  
Presidente da Assembleia Municipal

---

António Manuel de Almeida Pinto  
Chefe da DASU